

**ENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO
LTDA-ME**

RUA LUIS LOURENÇO DE LIMA, 615, CENTRO, DIVINO-MG, CEP 36.820-000
(32) 99928-5989
vенеzaempreendimentosltда@gmail.com

1

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE DIVINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**AOS CUIDADOS DO SENHOR PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO PERMANENTE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO.**

DIVINO, 02 de junho de 2023.

**REF: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023 – TOMADA DE
PREÇOS Nº 003/2023**

ENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME,
inscrita no CNPJ sob o nº 50.349.879/0001-50, COM
ENDEREÇO LOCALIZADO NA RUA LUIZ LOURENÇO DE LIMA, LOJA
A, CENTRO, DIVINO-MG, CEP: 36820-000, neste ato

representada Pelo Diretor LUIS FERNANDO OLIVEIRA, CPF:136.752.006-12, qual outorgou poderes através de ~~procuração publica constante~~ nos anexos ao procurador Fernando Alves da Silva, CPF: 021.053.917.88, **neste ato** regularmente representado por seu Sócio Proprietário **Fernando Alves da Silva, Brasileiro, Casado, Empresário, este inscrito no CPF sob o nº 021.053.917-88**, em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços 003/2023, prazos recusaís e do direito de irnterpor recursos, **vem respeitosamente apresentar:**

2

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, ora Recorrente, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o no 35.692.634/0001-37, com sede na Travessa Ary Hadad Mergh - 151 - Loja 01 - Triangulo - Carangola (MG), qual vem rebater as alegações pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, salienta -se que nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIV, assegurado e o direto de petição ao Poder Público para todos - sendo este mais um direito fundamental e essencial para o licitante.

Artigo 5º (...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal; (grifo nosso)"

3

O prazo para interpor um recurso administrativo em licitação é de 5 dias úteis, a contar da data da intimação, do envio de todos os documentos apresentados pelos concorrentes ou da lavratura da ata nos casos específicos, igual prazo e concedido a apresentação de contrarrazões, conforme o legislado pelo Capítulo V - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, da Lei de Licitações, 8.666/1993, mais especificamente em seu artigo 109.

No caso em tela, a empresa foi notificada por email dia 27 de maio 2023 a apresentar recurso ate a data 02 de junho de 2023, iniciando o prazo recursal na data da intimação, que conforme entendimento da Comissão se dá através do e-mail.

De modo que, o prazo para interpor recurso não decorreu para a empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso.

1.DAS RAZÕES DO RECURSO

Em respeito aos Princípios básicos da Constituição Federal/1988, Princípios da Dignidade da Pessoa Humana, Contraditório e Ampla Defesa, e necessária a **decisão para habilitação da concorrente ENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, não merecendo prosperar qualquer pedido de inabilitação desta, visto que atenderam os requisitos do edital, fatos expostos a seguir:

4

Vejamos enunciado da sumula 473 do STF :

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Vejamos Lei Federal:

"LPA - Lei nº 9.784 de 29 de Janeiro de 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo

de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

Como já defendido, a administração pública nesse ato representado pelo prefeito da prefeitura Municipal de Divino adotam de legislação e princípios muitos mais restritos, com o propósito de assegurar o **Direito Público, com ênfase ao Princípio da Legalidade, devendo agir somente dentro dos limites legais.**

5

DA CAPACIDADE TECNICA DO DO ENGENHEIRO
ANTONIO EUVALDO RODRIGUES

A douta comissão sempre adotou o posicionamento quanto a apresentação de todos os documentos da prova da regularidade a aptidão para a execução em conformidade aos criterios exigidos no edital.

Dito isso, qualquer empresa em desacordo não pode ser habilitada o que não e o caso da empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.**

Em cordancia com o edital apresentar como engenheiro responsável tecnico ANTONIO EUVALDO RODRIGUES, como descreve o acervo consta a execução de fundação, estando abrangendo as necessidades do objeto

do edital, certo disso a responsabilidade da empresa e firmada na declaração de concordância com todos os edital, bem como a apolice para a garantiada proposta, bem como a apolice a sem apresentada para a garantia da execução dos serviços.

O **acervo 005.509/09**, fls.1-3, apresenta a contrução civil qual foi realizada uma fundação capaz de suportar uma construção de **175,19 (cento e setenta e cinco metros e dezenove centímetros quadrados)**, com escavação da fundação de 2 (dois metros).

Ja o **acervo 007.245/09**, fls.1-3, apresenta a contrução civil qual foi realizada uma fundação capaz de suportar uma construção de **428,50 (quatrocentos e vinte e oito metros e cinquenta centímetros quadrados)**, com escavação da fundação de 2 (dois metros).

Conforme entendimento adotado pela douda comissão e vedado a exigência de quantitativos mínimos, visto que o acervo comprova a execução de fundagem.

A Lei n.º 8.666/1993 afirma que a capacidade técnico-profissional poderá ser comprovada mediante atestado de capacidade técnica, limitado às parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto licitatório, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (art. 30, §1º, inciso I). Portanto, em regra, restringe a competição do certame a exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica, não avendo previsão do edital a presença de requisito prevendo forma especial ao objeto do certame.

Tais fatos se não forem analisados em benefício deste licitante, fere o **PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA**, vejamos que o art. 170 da Constituição Federal estabelece os princípios da atividade econômica, preconizando no caput que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] IV - livre concorrência[3]

São nove os princípios constitucionais da ordem econômica: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, o já transcrito acima princípio da livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, **busca de pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituída sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.**

Estes princípios foram expressamente previstos na Constituição Federal **com o fim de promover a justiça social, preservar a dignidade humana e o bem-estar-social, integrando esses valores ao desenvolvimento econômico produzido pela iniciativa privada dentro de uma ótica capitalista e de liberdade de exercício de atividade econômica.**

Ou seja, a douta comissão de licitação deve decidir pela permanência da empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, estando apta não sofrendo impugnações plausíveis a inabilitá-la, visto que esta segue todas as exigências legais para a permanência no processo licitatório, nos termos do acórdão TCU - RP: 5482022, vejamos:

8

“REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. EXIGÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO EXCESSIVAS. CONVÊNIO COM A UNIÃO. ANÁLISE DE OITIVAS. CONFIRMAÇÃO DA CAUTELAR. DETERMINAÇÃO.

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de que tratam de representação formulada pela empresa Pavimar Empreendimentos Eireli, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência 2/2021, conduzida pela Prefeitura de Barão de Grajaú/MA, tendo por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica no município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú/MA, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote providências a fim de proceder à anulação do ato de inabilitação da empresa Pavimar Empreendimentos Eireli (anteriormente denominada FL Engenharia Eireli) na Concorrência 2/2021 e de todos os atos posteriores à anulação decorrentes do certame licitatório, permitindo-se o

aproveitamento dos atos anteriores àquela inabilitação, para o prosseguimento do certame, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados;

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú/MA, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na Concorrência 2/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.3.1. a exigência contida na cláusula 7.1.2., alínea g, do edital, concernente à apresentação de Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas - expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - para fins de regularidade trabalhista, afronta ao disposto no art. 29, inciso V, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU;

9.3.2. a exigência de quantitativos mínimos estabelecidos, ante a ausência de justificativa, como prova de

capacitação técnico-profissional prevista no item 7.1.3., alínea c, do edital, afronta ao disposto no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e ao entendimento firmado pelo Acórdão 2521/2019-TCU-Plenário;

11

9.3.3. a ausência de concessão do prazo para interposição de recurso administrativo previsto no art. 109, inciso I, alínea a da Lei 8.666/1993, com descumprimento da norma legal;

9.3.4. o edital não faculta aos licitantes a substituição do termo de vistoria por declaração formal, assinada pelo responsável da empresa, de que tomou conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local das obras, em descumprimento do art. 30, inciso III, da Lei 8.666/1993 e jurisprudência do TCU (Processo Acórdãos 2.395/20210-TCU-Plenário e 2.990/2010-TCU Plenário) ;[...]

(TCU - RP: 5482022, Relator: VITAL DO RÊGO, Data de Julgamento: 16/03/2022).

Certo disso, não a causas que possam ensejar em inabilitação.

Ademais a administração Pública deve agir seguindo os ditames legais princípios basilares do Direito público:

12

"A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos."
[5]

Tal recurso apresentado pela empresa VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, se mostra inapto a produzir efeitos visto que a especificação de fundagem de ate 13 metros conforme projeto FURO-01 ANEXO AO EDITAL, não havendo a exigencia de acervo com profundidade minima, tal somente e exigencia do responsavel tecnico ja ter realizado a fundação.

DOS PEDIDOS

- a) Seja julgado improcedente o pedido pela inabilitação da empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, declarando esta apta a

segunda fase do processo licitatório para
abertura das propostas.

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Divino/MG, 02 de junho de 2023.

13

VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
CNPJ: 50.349.879/0001-50